

Agroecologia, sustentabilidade e a necessidade dos movimentos agroecológicos se tornarem políticas públicas

Bessa, Marcio Moacir; Ventura, Matheus Vinicius Abadia; Alves, Lucas da Silva

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Bessa, M. M., Ventura, M. V. A., & Alves, L. d. S. (2016). Agroecologia, sustentabilidade e a necessidade dos movimentos agroecológicos se tornarem políticas públicas. *Revista Desafios*, 2(2), 181-197. <https://doi.org/10.20873/ufu.2359-3652.2016v2n2p181>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

**AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DOS
MOVIMENTOS AGROECOLOGICOS SE TORNAREM POLITICAS PÚBLICAS**
AGROECOLOGY, SUSTAINABILITY AND THE NEED OF MOVEMENTS
AGROECOLOGICAL BECOME PUBLIC POLICY

Marcio Moacir Bessa

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Matheus Vinicius Abadia Ventura

Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG

Lucas da Silva Alves

Universidade Estadual de Goiás - UEG

RESUMO

A agroecologia ainda não forneceu instrumentos e critérios de análise para desenvolver estratégias locais ou regionais, onde os aspectos políticos e institucionais desempenhem um papel fundamental. Este artigo tem como objetivo contribuir para a superação dessas deficiências pela fundação teórica de como deveria ser a agroecologia envolvida na política. A agricultura familiar é o sujeito. É por meio dela que já se desenvolve a agroecologia, obtendo uma transição do modelo da agricultura tradicional, que traz a segurança alimentar para um modelo alternativo. Em primeiro lugar, argumenta-se que, como construção sócio ecológica, agroecossistemas é o produto de relações de poder. Em segundo lugar, mostra a estreita relação que a dinâmica dos agroecossistemas têm com a política e, portanto, o papel de destaque que ocupam no processo de transição agroecológica. É possível perceber a ausência de reflexões sobre a política da Agroecologia. Contudo, a amplitude dos movimentos agroecológicos e as experiências que são realizadas em diferentes níveis de ambos os governos locais e regionais aconselham o desenvolvimento por aspectos políticos da teoria agroecológica. Finalmente, tentada a um diagnóstico sob a situação do sistema global de alimentos, no qual o contexto das experiências agroecológicas deve ser desenvolvido.

Palavras-Chave: Agroecologia, Sustentabilidade da Agricultura, Política Pública, Agroalimentar e Crise.

ABSTRACT

The agroecology does not yet provide tools and analysis criteria to develop local and regional strategies, where political and institutional aspects play a key role. This article aims to contribute to overcoming these deficiencies by the theoretical foundation of how it should be Agroecology involved in politics. Family farming is the subject. It is through her that already develops agroecology, getting a transition from the model of traditional agriculture, which provides food security for an alternative model. First, it is argued that, as a socio-ecological construction, agro-ecosystems is the product of power relations. Secondly, it shows the close relationship that the dynamics of agro-ecosystems have with politics and therefore the important role they occupy in agroecological transition. Currently you can see that there is very little reflection on the politics of Agroecology. However, the range of agroecological movements and experiences that are held at different levels of both local and regional governments advise the development of political aspects of agro-ecological theory. Finally, a diagnosis attempted under the situation of global food system, in which the context of agroecological experiments must be developed.

Keywords: Agroecology, Sustainable Agriculture, Public Policy, Agribusiness and Crisis.

Recebido em 05/03/2016. Aceito em 25/05/2016. Publicado em 31/05/2016.

INTRODUÇÃO

A ligação entre sustentabilidade e agroecologia tem levado alguns autores a afirmarem a necessidade de reformas estruturais e socioeconômicas, a fim de se obter sistemas agrícolas sustentáveis. Relacionar política e agroecologia é muito importante para prover programas que viabilizem o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, que preservem o meio ambiente e garantam o abastecimento da população brasileira e mundial.

A palavra sustentabilidade vem ganhando força no cenário nacional e mundial nos últimos anos, porém o seu conceito ainda é controverso e nem sempre é bem definido. É de suma importância compreender que as práticas agrícolas e ambientais vêm sofrendo forte impacto devido a evolução dos sistemas socioeconômicos da humanidade.

Pode ser observado que a produção agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica e passou a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. É importante compreender que a agricultura sustentável vai além dos desafios tecnológicos de produção, é de suma importância compreender toda a dinâmica que envolve a produção agrícola, em cada região, para poder se ter uma ideia plausível acerca do assunto para cada local.

É impossível se pensar em novos sistemas agroecológicos sustentáveis sem haver uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam os sistemas de produção, é necessário saber o que é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas (CONWAY; BARBIERI, 1990).

As experiências agroecológicas das organizações governamentais ligadas as instituições acadêmicas, e em menor medida as administrações públicas contribuem para que se possa realizar através de experiências com as comunidades processos de desenvolvimentos sustentáveis rurais. Traçar estratégias de desenvolvimento sustentáveis através da pesquisa em determinadas comunidades rurais podem contribuir para se encontrar soluções econômicas e sociais viáveis para que haja harmonia entre a produção agrícola, e a preservação ambiental.

No mundo acadêmico a agroecologia consiste em um movimento crescente dentro das universidades. Esta corrente considera que a agroecologia é quase exclusivamente uma

disciplina científica, pois possibilita a criação de conhecimentos e tecnologias úteis para a agricultura sustentável. É possível perceber que ela também promove soluções tecnológicas ao invés, de institucionais e mudanças sociais para os problemas que surgirem hoje no sistema alimentar global.

Além disso, é contrário à ideia exclusiva de tecnologia para controle racional da natureza, pois o desenvolvimento e os impactos tecnológicos resultam do mundo social (FEENBERG, 2010). Chamamos de intensificação sustentável apesar de que toda a prática científica e social é, por natureza política. O resultado é por um lado, a falta de eficácia e estabilidade das experiências agroecológicas que dificilmente adquirem o tamanho e a extensão territorial necessárias; no outro, espalhando a falsa idéia de que apenas a inovação de uma agricultura tecnológica mais sustentável será atingida, sem mudanças sociais e econômicas de escala. O primeiro leva à ineficiência, o segundo a invadir tanto inatividade e as possibilidades de Agroecologia como uma alternativa à crise ecológica do campo.

A Agroecologia tem uma dimensão prática, ou se política preferida, que é inseparável da anterior. A Agroecologia não se faz apontando fatores de insustentabilidade dos ecossistemas agrícolas e propõe manobras a restituição de um estado sustentável, e também de como implementá-las na realidade.

Segundo Schneider (2010),

a noção de desenvolvimento rural permaneceu por muito tempo coligada apenas ao conjunto de ações determinadas pelo Estado e agências internacionais. Estas ações objetivaram intervir bruscamente no processo produtivo de regiões rurais pobres via substituição de fatores tecnológicos considerados rudimentares.

No Brasil, durante muito tempo, as políticas eram tratadas apenas como soluções para regiões atrasadas, por isso, eram consideradas como medidas de intervenção para regiões empobrecidas do meio rural. Esta dimensão prática da agroecologia exige da política que a disciplina das promoções produza arranjos institucionais que promovam a sustentabilidade.

No entanto, a agroecologia ainda não tem as ferramentas e critérios de análise e desenvolvimento de estratégias para orientar as mudanças necessárias no campo. A maioria das experiências agroecológicas está sendo exceções, experiências locais e descoordenadas. A Agroecologia ainda está intimamente ligada aos agricultores que possuem formas de exploração na comunidade local onde residem. No entanto, é cada dia mais amplo a participação de agroecologistas em administrações locais e até mesmo no estado. A política

deve ser desenvolvida dentro da Agroecologia do contrário as experiências estão condenadas a se tornarem um mar de privação, pobreza e degradação ambiental.

1. A DINÂMICA DOS AGROECOSSISTEMAS: O LUGAR DA POLÍTICA

A propriedade agrícola se torna mais compreensível quando a necessidade de poder e a política começam a mudar a dinâmica dos agroecossistemas em prol do desenvolvimento. A busca por sustentabilidade implica mudanças nas dinâmicas institucionais através de agentes sociais e econômicos que permitem transformar o ambiente e a vida das pessoas. A política exerce influência no seguimento da agroecologia, pois dela depende seu estabelecimento como forma de desenvolvimento sustentável.

Nos ecossistemas agrícolas o produto da relação entre cada ente socioecológico pode ser entendido como quando as pessoas manuseiam os recursos que lhes estão disponíveis no momento. Aprender a explorar sem destruir é o que todos necessitam no momento atual, pois é notório o esgotamento dos recursos naturais em todos os locais do planeta. Os recursos laterais, as mudanças de qualidade e quantidade de recursos ambientais disponíveis são determinadas pela dinâmica da própria natureza e pela influência que o homem exerce sobre ela.

É importante compreender que a relação entre os recursos naturais e os agroecossistemas não estão restritos apenas aos agricultores que vivem em suas áreas, mas sim a todos que participam direta ou indiretamente da relação entre a produção e o meio ambiente. Gerar sistemas eficazes que permitam estabelecer os níveis de consumo e a facilidade ou a dificuldade em conseguir obtê-los é de suma importância para se entender a quantidade disponível e a que será necessária para satisfazer as necessidades de todas as pessoas.

A desigualdade social é apresentada de forma clara no mundo atual, e em praticamente todos os países, os recursos estão disponíveis nas mãos de poucas pessoas, existe também um grande disparate na divisão territorial das áreas produtivas. Poucas pessoas detêm a maioria das terras, e a grande massa da população é fardada a viver com pequenas quantidades para a sua sobrevivência.

Do ponto de vista físico é mister entender que a distribuição desigual se estende também aos recursos: energéticos, materiais, territoriais, hídricos e de serviços ambientais. A pressão sobre os recursos dos agroecossistemas tende a aumentar a medida que parte da

população é privada da riqueza produzida exercendo então pressão sobre novas áreas de exploração, o que compromete os recursos ambientais.

A apropriação por um grupo social através de mecanismos de exploração ou transferência forçada de renda pode reduzir a quantidade de biomassa que está disponível para atender as necessidades da população. Forçando a pressão sobre a população rural que tende a aumentar nas áreas de produção, comprometendo assim, as reservas ambientais. Do ponto de vista da equidade interna para a agro distribuição, a desigualdade de recursos naturais é muitas vezes suprimida pela pressão dos processos produtivos.

No século passado, muitos agricultores sofreram uma nova forma de desigualdade que foi alavancada pelos processos de produção, que passaram a ter uma grande intensificação para atender a demanda do consumo mundial, o que acabou por acarretar na interrupção dos agroecossistemas. A desigualdade crescente entre os mercados nacionais e mundiais gerou distúrbios, na distribuição de renda entre a agricultura e outros setores produtivos ou mesmo entre diferentes territórios. A rediscussão ou retomada do desenvolvimento rural dependeu de alguns fatores, entre eles o reconhecimento político da agricultura familiar, como modelo social, econômico e produtivo importante para o abastecimento da população.

O termo foi originado da articulação de instituições sindicais de trabalhadores e movimentos sociais rurais. A agricultura familiar foi incorporada ao discurso dos formuladores de políticas públicas e pesquisadores desde meados dos anos 1990, alcançado um grau de legitimidade a ponto de ser modelo oposto há noções como a do agronegócio (SCHNEIDER, 2010a).

A rentabilidade da atividade agrícola global tem diminuído progressivamente desde o início do século XX, como resultado dos termos desiguais do comércio entre os setores e serviços agrícolas e industriais. Após o grande período de recessão e instabilidade econômica da década de 1980, surgiram no Brasil na década de 1990, novos debates sobre o desenvolvimento econômico rural e foram responsáveis por mudanças e pela compreensão da importância das comunidades rurais e sua importância para o abastecimento da população. Isso resultou no surgimento de novas políticas públicas e também de abordagens sobre o tema. (SCHNEIDER, 2010b).

A perda da rentabilidade no campo tem incentivado processos de intensificação da produção para poder compensar perdas para quem trabalha na terra. Este processo motivou os agricultores a buscarem novas tecnologias para atingirem um limiar de rendimento mínimo, isto é, a criação de uma espécie de complexo agroindustrial no campo.

A desigualdade social é, portanto, do ponto de vista ambiental, um ecossistema de fonte permanente de instabilidade e um poderoso estímulo ao conflito e a mudança sócio ecológica. Esta perspectiva é essencial para nossa análise, e leva o conceito de equidade entre os seus efeitos na sustentabilidade. Ao nível de políticas governamentais, a influência dessa conjuntura permitiu que questões mais específicas fossem distendidas, provocando assim a ampliação para além da noção de desenvolvimento rural como apenas desenvolvimento agrícola e incorporação de tecnologias de produção. Entre elas, destacam-se ações do Estado como, por exemplo, a reforma agrária, a destinação de crédito, a formação dos territórios rurais, bem como apoio às ações de gênero, geração, raça e etnia (SCHNEIDER, 2010c).

Há inúmeros casos históricos e atuais onde a pobreza e a falta de acesso aos recursos acabam levando à degradação ambiental, ao desmatamento de florestas, ao cultivo em encostas de depósitos e em declive, sobre pastoreio ou ao uso de agroquímicos, etc. Também ao contrário da luta pela subsistência a pobreza muitas vezes pressiona contra a luta pela conservação recursos e pela sustentabilidade agrícola. Claramente, a relação entre a população e os recursos pode ser alterada pela inovação tecnológica determinando a tecnologia para aumentar a capacidade de carregar os agroecossistemas acima das suas possibilidades, exaustando a eficiência metabólica energética e de materiais.

Mas sua adoção e até mesmo o processo de inovação dependem das modalidades institucionais e podem ser estimuladas ou não por políticas públicas. Da mesma forma, uma comunidade rural pode aumentar a capacidade de produção em seu território através de importação de recursos de outros países ou regiões no chamado intercâmbio econômico. Este, então, é um fator muito importante para explicar a dinâmica dos agroecossistemas. O mercado tem sido o veículo através do qual tem circulado o subsídio de energia e de materiais essenciais para manter um crescimento contínuo da produção agrícola. Mas tal como salientado os recursos naturais e agrícolas podem não ter tempo suficiente para se recuperar, e a sua relação com o mercado passa a não ser só mais uma relação de poder, e às vezes se torna conflitante, por isso deveria ser regulamentada por órgãos políticos.

Em qualquer caso, as decisões políticas resultam numa relevância inquestionável para explicar a dinâmica dos agroecossistemas. Isso se refere ao conjunto de relações estáveis de poder regulamentos e normas ou decisões específicas, cuja missão é, portanto, o metabolismo de reprodução entre a natureza e a sociedade, e das maneiras em que isto está organizado e, portanto, como a energia flui passando materiais dentro dos agroecossistemas. Influenciado

por outros fatores estabelecendo mudanças, e transformando influências de maneira decisiva sobre os agroecossistemas, e, portanto, a dinâmica dos ecossistemas agrícolas.

Neste sentido, o desenho de políticas públicas que criam um quadro institucional favorável ao desenvolvimento de agroecossistemas apoiam à transição agroecológica sustentável onde esta passa a ser essencial. Esta é uma tarefa para a política de agroecologia, bem como tornar possível através do jogo político a presença nas administrações públicas. A agroecologia tira a mudança sócio ecológica de qualquer dimensão coletiva da ação humana.

No entanto, a distribuição de poder e de recursos muitas vezes leva ao conflito. Ambos os conflitos entre os grupos sociais e entre as regiões são potencialmente fontes de mudanças sócio ecológicas, por isso, elas devem ser consideradas quando estudam a dinâmica evolutiva dos agroecossistemas. Por exemplo, no momento, protestos ambientais, especialmente por parte dos ambientalistas, ajudam a internalizar custos ambientais e, se eles não conseguem acertar bem a mudança na forma de gestão, e diminuir seus efeitos nocivos alarga-se a estrada para a sustentabilidade agrícola.

Outro fator está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental. Alia-se a crítica dos efeitos do modelo da Revolução Verde com o interesse de estudiosos e ecologistas em transformar a noção de sustentabilidade num referencial teórico e marco para o desenvolvimento. A confluência desses dois temas, dado o contexto social, político e intelectual, possibilitou adjetivar o desenvolvimento rural como sustentável (SCHNEIDER, 2010d).

A agroecologia deve prestar especial atenção nesses conflitos em que há motivações implícitas ou explícitas de status dos agroecossistemas. Este tipo de conflito pode ter motivações e expressões muito diferentes pode qualificar-se também como conflitos ambientais. A resolução de tais conflitos têm sido historicamente uma fonte de mudança ou de conservação dos agroecossistemas. Schneider (2010e) afirma que há contínua influência das ações normativas e intervenções do Estado na formulação de políticas públicas. Desta maneira, apresenta diversos questionamentos quanto aos motivos que levam o Estado a produzir agendas políticas, sobretudo as inspirações e como são formadas propostas e ações que vão conduzir discussões sobre o desenvolvimento rural.

Um exemplo é a proteção que muitas comunidades rurais que têm exercido dispensando a exploração dos recursos naturais e assim elas conseguiram salvar estes recursos da deterioração. Poder-se-ia dizer, então, que o conflito ambiental pode contribuir para aumentar os níveis de sustentabilidade de um agroecossistema ou metabolismo agrícola como um todo ou diminuí-los. Esta consideração de conflito ambiental como motor de mudança

sócio ecológica que vem dos movimentos sociais, exerce um papel fundamental na luta pela sustentabilidade da terra. Nessa medida, a política e a agroecologia são uma ciência da ação coletiva em busca de sustentabilidade, uma filosofia de ação.

2. A GESTÃO DOS AGROECOSSISTEMAS NA AGROECOLOGIA

Por conseguinte, a organização e gestão de agroecossistemas não é uma questão técnica ou material. Os agroecossistemas são ecossistemas artificializados formando um subsistema em particular no metabolismo geralmente entre sociedade e natureza, assim eles são produtos das relações sócio ecológicas que se formaram dentro dele. Tais relações, sócio ecológicas são uma parte das relações sociais em geral, onde o poder e o conflito estão presentes. Neste sentido, para Xavier e Dolores (2001a), a sustentabilidade de um agroecossistema é composta pela condição ambiental e pela social.

A sustentabilidade ambiental são os efeitos da produção sobre os recursos naturais, a partir da forma pelo qual um agroecossistema aumenta, degrada e esgota sua base de recursos. A correlação é positiva quando há manejo com aproveitamento de recursos naturais renováveis (fluxo solar). Quando a correlação é baseada na manutenção da produtividade por meio da troca econômica, principalmente com importação de insumos, a degradação do solo e da terra acaba tornando-se negativa. De modo geral, a sustentabilidade ambiental de um agroecossistema é definida pela relação dos efeitos positivos e negativos provocados na biosfera, mas também pela capacidade de não afetar a sobrevivência de outros agroecossistemas (XAVIER e DOLORES, 2001b).

A sustentabilidade de um agroecossistema não é apenas o resultado de um conjunto de propriedades, mas também refletem as relações de poder. Portanto, a agroecologia deve adotar uma teoria que lhe permita fazer frente à política de dois significados mais comuns para o termo "Política", "arte de dominação ou como arte de integração", isto é, controle e gestão de um grupo social assentado em um território específico.

Para Xavier e Dolores (2001c), a sustentabilidade do meio rural é possível ser pensada pela condição ambiental, considerando a base de recursos naturais e o uso dela por meio também da tecnologia empregada. É substancial para a definição de desenvolvimento rural sustentável a forma pelo qual se produz; saber o que está implicado em termos de conhecimentos, tecnologias e técnicas, dado o fornecimento desses bens está fora do âmbito de cidadãos a título individual, um esforço coordenado é necessário, quer por meios

voluntários ou coercitivos, seja através de ação coletiva ou instituições públicas das políticas governamentais. Por exemplo, a sustentabilidade é um bem público os cidadãos não podem ficar tão individualizados, e sim preocupados com o bem comum de todos. Para conseguir a sustentabilidade é necessária uma ação coletiva, ou uma organização pública ou uma combinação de ambos.

Do estudo é que se faz a ecologia política justa. Certamente, não há acordo sobre o que é ecologia política, pois cabem muitos significados e entendimentos de seu objeto. Mas todos eles têm em comum a sua abordagem à economia política de recursos naturais e da sua aplicação de preferência entre os países em desenvolvimento como o Brasil. Nossa interpretação é consistente com a utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, o curso da mudança ambiental "é moldada por" relações multifacetadas da política, poder e construção ambiental e cultural". Neste sentido, a ecologia e a política combinam processos políticos e orgânicos na análise das alterações ambientais e também pode ser entendida como a política de mudança ambiental.

Poderíamos dizer que a ecologia política é uma abordagem que estuda alterações sociais e ecológicas. Em outras palavras, a ecologia política é uma abordagem que estuda a mudança sócio ecológica em termos políticos. Neste sentido, a política não seria nada mais que a aplicação da ecologia política de campo e a agroecologia e o casamento entre ambas. Poderia se dizer que a agroecologia e a política devem desenvolver maneiras de se aplicar métodos e resultados das pesquisas no campo da ecologia política para se aproximar da mudança sócio ecológica nos agroecossistemas.

Mas a política não é o único campo da agroecologia ela também tem uma dimensão prática considerada seu objetivo central que é "alcançar a sustentabilidade". Muitos agroecologistas estão envolvidos em uma ecologia política popular que combina diretamente pesquisa com medidas para melhorar o bem-estar humano e sustentabilidade ambiental através de formas de organização e ativismo de base local. Desta forma a medida, política agroecológica deve ser desenvolvida de duas formas: como um campo disciplinar que lida com a concepção e produção de ações, instituições e destinada a alcançar normas de sustentabilidade agrícolas; mas também como uma ideologia na competição com os outros sistemas, ela é dedicada a espalhar e se tornar hegemônica uma nova forma de organizar os agroecossistemas bem como os paradigmas baseados na ecologia e na sustentabilidade.

Segundo Altieri (2009a), vivemos um momento de crise agrícola e ecológica mundial. Deste modo, são visíveis problemas como a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição e

a fome, e também, condições de saúde precárias, concentração de terras, exclusão social, violência e degradação ambiental. Neste sentido a política de agroecologia contribui para repensar os modelos de regulação do desenvolvimento rural, incorporando uma abordagem ecológica, que vai além da técnica agrícola ou formas de gestão de agroecossistemas. A política de agroecologia, que assume a sustentabilidade agrícola não é alcançada apenas com medidas tecnológicas agrícolas ou ambientais que ajudam os agroecossistemas no redesenho de uma forma de desenvolvimento sustentável.

Sem uma mudança profunda no quadro da força institucional não é possível que as experiências agroecológicas se tornem generalizadas e bem-sucedidas na luta contra a crise ecológica no país. Tal mudança necessita de mediações políticas organizadas para que se tornem viáveis. Nos sistemas democráticos, por exemplo, necessariamente implicam ações coletivas através de movimentos sociais, na participação política eleitoral, no jogo de alianças entre diferentes forças sociais para se compor maiorias de governo, etc. Ou seja, requer essencialmente o desenvolvimento de estratégias políticas para que os projetos de instituições que promovam a realização da sustentabilidade agrícola se tornem realidade no país e no mundo.

Não obstante, na Agroecologia, um caminho para o ajuste ou a restituição ecológica passa pela ideia de substituição tecnológica. Esse tipo de mudança ocorre quando há troca dos insumos caros e degradantes por mais brandos e baratos, culminando na diminuição da importação dos externos e resultando em economia financeira da unidade produtiva familiar (ALTIERI, 2009b).

Contudo, a substituição tecnológica é uma parte do processo agroecológico. Nos sistemas convencionais, a substituição é um mecanismo de tratamento de efeito momentâneo que o desequilibra, limitando assim à produtividade (ALTIERI, 2009c). E a forma de organizar movimentos agroecológicos para que eles possam implementá-los são justamente os dois objetivos principais da política da agroecologia. A política agroecológica é, portanto, mais do que uma proposta de programa. Por exemplo, a procura de soberania alimentar, promovido pela Via Campesina e outros movimentos sociais é uma proposta programática concreta que pode surgir a partir da aplicação de política de agroecologia às condições atuais do sistema global de alimentos.

Mas qualquer proposta ou programa específico podem mudar em função da escala ou do contexto social e político que é aplicado. A política de agroecologia é um novo ramo da Agroecologia, não uma proposta de política ou um programa ação terra para sustentabilidade. Ela usa o conceito de autonomia, atributo da sustentabilidade, que também tem as suas raízes

na própria epistemologia agroecológica. É a utilização do conceito de autonomia, que está levando ao discurso político agroecológico reivindicações para a soberania alimentar, como expressão real desse atributo, isto é, como a melhor maneira de reforçar a autonomia dos agroecossistemas e seus manipuladores. Em outros contextos sociais, ambientais e políticos, e o princípio da autonomia pode ter outros conceitos. A agroecologia não é política, portanto, é um novo termo alternativo para a soberania alimentar.

3. A TRANSIÇÃO PARA A POLÍTICA DA AGROECOLOGIA

O processo de transição agroecológica acontece a partir do ponto de vista espacial em diferentes escalas que, apesar de se relacionar com os outros, exibem características diferentes. Podem ser identificadas pelo menos cinco características: a cultura, a propriedade, a comunidade ou localidade, a nível nacional e global ou espécies. Embora possam ser considerados outros níveis intermediários (as regiões, bacias hidrográficas, hidrológicas, territórios, regiões, etc.). A agroecologia desenvolveu um abrangente arsenal de soluções técnicas e tornou-se possível a concepção de sistemas sustentáveis.

O próximo nível de transição corresponde à organização dos agroecossistemas. Neste caso, durante a industrialização a agricultura tem sido uma segregação aumentando o uso do solo e a perda de sinergias produtivas e funcionais na integração agroflorestal. O resultado tem sido a perda de heterogeneidade espacial e da biodiversidade. Com isto, o fluxo de energia e de materiais, que tendia a ser local, fechado e renovável tem vindo agora a ser global e de fontes fósseis não-renováveis. Este aspecto é um dos menos desenvolvidos, de modo que nos falta uma agroecologia de paisagem. Estudar e estabelecer arranjos territoriais exigem uma agricultura organizada e harmônica com o meio ambiente para se tornar sustentável.

A Agroecologia tem a finalidade de manter interações ecológicas e sinérgicas entre os componentes biológicos para que deles haja fertilidade no solo, produtividade e proteção das culturas. Também visa preservar a sustentabilidade cultural dos sistemas agrícolas. O conhecimento dos (as) agricultores (as) sobre ecossistemas é relevante na formulação de estratégias produtivas de uso da terra, que até certo limite pode prover autossuficiência alimentar (ALTIERI, 2009d).

Em escala estadual ou global, a industrialização da agricultura significou a constituição de um mercado agrícola mundial e um único sistema alimentar global, que os agroecossistemas tendem a integrar de forma especializada. A mudança de atitude dos

agricultores e consultores técnicos poderia ser suficiente para promover a transição. Eles também podem ser a mudança dos padrões de consumo individual conseguido quando expressa em frequência mercado ou outras instituições para adquirir comida. Mas quando falamos sobre a comunidade e especialmente o estado e o mundo, o poder político e ação coletiva são as propriedades que emergem e com elas a necessidade de ação política.

Já, para Gliessman (2000a, p. 54), a agroecologia é definida como “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Quanto a isto, ele também ressalta a necessidade dela para reprodução de sistemas sustentáveis de produção. A agroecologia política aparece como uma necessidade temporária que às vezes passa por despercebida. Na verdade, muitos estudos têm sido publicados sobre movimentos camponeses e a soberania alimentar, dando fôlego às transformações que são necessárias para a sustentabilidade no campo.

Para Gliessman (2000b) é a agricultura convencional que depende dos produtos externos, não aquela com base na Agroecologia. A sustentabilidade de um sistema é averiguada pelo histórico das atividades agrícolas. Mas tem havido uma reflexão articulada sobre eles e sistematicamente sobre a agroecologia. A possibilidade de ciclos de fechamento ou a utilização de energia localmente gerada depende do planejamento e gestão feita do território. Estas são competências dos governos locais ou estatais e dependem de políticas públicas. O mesmo se aplica para a estabilidade. Isso se refere à capacidade de um agroecossistema para manter a produtividade ao longo do tempo.

Como, algumas propriedades têm agroecossistemas tempo de ciclo muito longos e a capacidade de o agricultor influenciá-los é bastante limitada, como para as condições meteorológicas por exemplo. No entanto, o agricultor pode tentar manter e até mesmo aumentar a estabilidade biológica do agroecossistema ou especificamente da propriedade através de práticas tais que beneficiam a irrigação ou integração entre agricultura e pecuária, questões que, pela sua incidência territorial e custo excedem economicamente as condições financeiras das comunidades e somente com o apoio de órgãos de planejamento estaduais ou regionais tornam-se viáveis na prática.

As vidas das comunidades dependem do preço dos produtos produzidos por elas e dos insumos por elas gastos no processo produtivo, logo os subsídios e incentivos do governo garantem uma maior estabilidade econômica para as famílias. A viabilidade de um agroecossistema não depende apenas do seu arranjo produtivo. Instituições, Estados também são responsáveis pela gestão de prevenção e reconstrução em caso de desastres e podem criar

condições favoráveis ou desfavoráveis para a capacidade de recuperação e produção de um agroecossistema. Neste sentido, há instituições que favorecem mais do que outras as viabilidades de um agroecossistema.

A Agroecologia permite averiguar a formação histórica das atividades agrícolas, elaborar base de práticas que forneçam soluções mais adaptadas na localidade estudada e inversamente, pode ajudar na investigação dos motivos de insustentabilidade mediante estudo das práticas danosas. Nesse sentido, a agroecologia deve desenvolver seus pontos de vista sobre as formas de organização, tomada de decisões e desenho institucional para aumentar a capacidade de resistência dos ecossistemas agrícolas. Um dos atributos da sustentabilidade para a agroecologia é considerada patrimônio fundamental e social. O acesso aos recursos e distribuição dos rendimentos agrícolas são organizadas por instituições, como nas propriedades ou nos mercados e podem condicionar fortemente a sustentabilidade de um agroecossistema.

As regras e regulamentos que garantem uma renda suficiente para os agricultores são de responsabilidade do poder político, da mesma forma que a distribuição desigual da propriedade pode ser modificada também pelo poder político por meio de ações do governo como a reforma agrária. O governo também corresponde inversamente pela acentuada deterioração dos termos de troca entre alimentos e matérias-primas agrícolas e insumos e bens manufaturados consumidos na propriedade ou pelas famílias de agricultores. É de responsabilidade das instituições criadas pelo poder público a regulamentação adequada de leis e regras que garantam mercados de rendimento suficientes para os agricultores; ou suas famílias a compensação necessária através de subsídios e incentivos fiscais para corrigir desajustes a partir do mercado.

É também competição do poder público procurar uma repartição equitativa de recursos para as gerações futuras. Instituições políticas devem assegurar, através de normas de gestão, o direito dos que ainda não nasceram em um agroecossistema em boas condições físicas e biológicas. Finalmente, o grau de autonomia é para ser um atributo essencial de sustentabilidade e de perto relacionado com a capacidade interna para entregar fluxos de energia e materiais necessários para produção. O atual modelo de agricultura gera elevada dependência externa através de uma relação de troca mercantil desequilibrada e prejudicial para os agricultores, especialmente os pequenos.

Acrescente integração dos agricultores no mercado e no sistema alimentar mundial despojou a capacidade de decidir sobre o tipo de culturas, gestão e conhecimentos que guiam,

o destino final da produção. Por isso, tem sido proposto o conceito de soberania alimentar como uma alternativa a mais clássica psicosegurança alimentar. A agroecologia é a análise política suscita de um contexto em que a sustentabilidade permanece como um desenvolvimento de estratégias institucionalizadas da mesma forma, dimensiona a transição mais adicionada pelas propriedades que representam o relacionamento com emergentes e outros processos metabólicos. Por exemplo, a ligação que nas últimas décadas tem sido estabelecida entre a produção agrícola, processamento e transformação de alimentos, transporte, distribuição e maneiras pelas quais eles são preservados, cozidos e, finalmente, consumidos. Isto forçou a adotar na agroecologia uma visão muito mais ampla, adotando uma abordagem do sistema alimentar que exige também necessariamente política e ação coletiva.

4. A GESTÃO SUSTENTÁVEL E A POLÍTICA DA MUDANÇA

Na política da mudança não envolve a utilização de produtos agressivos ao meio ambiente, de modo a evitar os agrotóxicos, porém não necessariamente engloba a diversidade, um princípio chave da agroecologia. É por meio da diversidade e variedade ecológica que já se desenvolve algumas práticas da agroecologia ou se está buscando uma transição do modelo de agricultura tradicional para um alternativo, propondo a sustentabilidade voltada para sobrevivência alimentar.

O sistema alimentar mundial se tornou incapaz de suprir a necessidade de toda a humanidade, apesar de existir matéria-prima para isso. Os esforços para alimentar a humanidade progrediram pouco bem como a erradicação da pobreza rural e agora começam a dar sinais claros de esgotamento. O funcionamento dos mercados é papel subalterno da agricultura e do crescimento econômico, o que levou a uma acentuada perda de rentabilidade das populações rurais. Essa queda é devido ao abandono das regiões rurais rumo aos grandes centros urbanos, ao desperdício nos países ricos e a grave pobreza dos países menos favorecidos economicamente.

Paradoxalmente, os preços dos alimentos sofreram um aumento significativo nos últimos três anos. Aumentou o consumo de grãos e de carne, também houve aumento no preço do petróleo e ainda houve escassez de terras devido à expansão territorial para o cultivo de biocombustíveis. Logo pode-se concluir que há uma expressão da crise estrutural do sistema alimentar global. Existe um ligamento dos danos ambientais causados pelo modelo vigente da agricultura química. O desmatamento ainda é um grave problema e tende ainda a

ficar mais sério no futuro se não forem tomadas providências imediatas, o que dificulta a capacidade dos ecossistemas agrícolas para a produção de alimentos e de matérias-primas e de prestação de serviços ambientais se recomponem.

Tendo em vista a crise os dois objetivos de uma estratégia agroecológica são para erradicar a fome, a desnutrição e aumentar o rendimento dos agricultores, especialmente em países com maior taxa de pobreza, e reduzir e, eventualmente, eliminar danos ambientais tendo em vista a promoção de formas sustentáveis de manejo de agroecossistemas. Tudo isso depende de métodos agroecológicos que podem aumentar significativamente a produção e o rendimento com base na combinação de novas tecnologias e desenvolvimento de uma agronomia que combine conhecimentos e recursos locais.

No entanto, se não forem mudados os hábitos alimentares dos países ricos, reduzindo o consumo de carne, ovos e produtos lácteos será difícil criar ambientes sustentáveis para toda a população. Pois o aumento crescente do consumo gera pressões sobre as importações de alimentos de países com problemas de segurança alimentar e a fome tende a se intensificar neles, de modo que o progresso feito passa a ser insuficiente.

Adaptando uma abordagem agroecológica deve-se levar, portanto, a uma estratégia diferente com base na diminuição do agronegócio. Tudo isto representa uma mudança em várias dimensões em primeiro lugar, os cidadãos têm de suportar individualmente uma mudança nos padrões de consumo de alimentos, especialmente nos países ricos. Mas isso não é o suficiente, a realização e multiplicação de experiências de produção sustentável e o consumo coletivo responsável pela criação e fortalecimento de grupos de produção e consumo, associações de produtores e consumidores, etc. formando uma segunda dimensão que é essencial.

Ao redor do planeta tem havido um monte de experiências de produção agro rurais e urbanas e o consumo são a vanguarda de um novo sistema alimentar. Mas estas experiências precisam alcançar o reverso para conter a crise ecológica no país que precisa ampliar suas áreas produtivas para atingir uma dimensão quantitativa e qualitativa suficiente para abastecer a população. O desenvolvimento de políticas públicas e a ação de movimentos sociais são a chave revitalizante nesta tarefa. Mézáros, ao discutir a necessidade do controle social, alerta que “programas e instrumentos de ação sociopolíticos verdadeiramente adequados só podem ser elaborados pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1008).

Neste contexto, o papel dos movimentos de estado e sociais tornam-se essenciais para a democracia. Isto levanta o problema de como, por si só ou por alianças com outras forças sociais e políticas, as presenças das administrações promovem políticas públicas que viabilizam a sustentabilidade rural. O debate em torno de como tornar isso possível é uma das tarefas mais urgentes a se resolver na agroecologia.

A agroecologia é considerada sujeito dos camponeses ou dos pequenos agricultores que tem um potencial agroecológico alto, entre outras coisas, para estarem mais perto da racionalidade e de práticas agrícolas que tornem possível a gestão sustentável dos agroecossistemas. Mas outros assuntos entraram na briga quando se trata de sistemas alimentares, especialmente os consumidores. A transição agroecológica será completamente bem-sucedida com uma grande aliança entre produtores e consumidores. Mas, para obter a participação de uns aos outros a maioria é necessária para se firmar uma aliança com o movimento ambiental na dimensão mais ampla deste movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.
- CONWAY, G. R.; BARBIER, E. B. *After the Green Revolution: sustainable agriculture for development*. London: Earthscan Publications, 1990.
- FEENBERG, A. *Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia*. In: NEDER, Ricardo T. (org.). *A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, CDS, UnB, CAPES, 2010, p. 49-98
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- MÉSZAROS, I. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996. _____ *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textos_para_discussao.php?ord=1&menu=4&codMenu=23>. Acesso em: 26.07.2015.
- XAVIER, S. F.; DOLORES, D. G. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr/jun, 2001, p. 17-26. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/multimedia/revista-agroecologica.php>> Acesso em: 30.07.2015.

Marcio Moacir Bessa

Mestrando em Geografia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial); Possui graduação em

administração pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (2005). Especialização em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba 2007(FACER); Atualmente é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pequeno produtor rural - Agricultor familiar.

E-mail: marciomoacir@hotmail.com

Endereço: Universidade Estadual Paulista - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI_Unesp Praça da Sé, 108, 3º e 4º andares CEP 01001-90 0 São Paulo - SP

Matheus Vinicius Abadia Ventura

Graduação em andamento em Agronomia pela Faculdade Evangélica de Goianésia - FACEG

E-mail: matheusvinicius10@hotmail.com

Lucas da Silva Alves

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás – UEG

E-mail: lucasitapuranga@hotmail.com